

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 4 de agosto de 2026 • Nº 2354 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Mulheres ampliam presença no mercado de seguros

PÁGINA 5

COLÔMBIA

Petrobras acha poço de gás na margem equatorial

A Petrobras anunciou ontem a descoberta de um poço de gás em uma área de grande potencial em águas profundas na Colômbia. A concentração de gás fica no poço exploratório Sandia-1, no bloco GUA-OFF-0, na Bacia de Guajira. Sandia-1 fica a 42 quilômetros (km) da costa, a uma lâmina d’água (distância entre a superfície do mar e o leito marinho) de 1.251 metros. O poço fica a 70,7 km da cidade de Santa Marta. A companhia já tinha descoberto reservatórios de grande potencial próximos à nova localização. Sandia-1 fica a 18 km do poço Sirius-1 e 9 km do poço Copoazu-1. A perfuração do poço foi iniciada em 12 de junho e alcançou a profundidade final na última quarta-feira. **PÁGINA 2**

CASO ETIENNE

Militar da ditadura é condenado por estupro

A Justiça Federal condenou o sargento reformado do Exército Antônio Waneir Pinheiro de Lima, o “Camarão”, pelos crimes de cárcere privado qualificado e estupro cometidos contra a historiadora e militante política Inês Etienne Romeu, em 1971, na Casa da Morte, centro clandestino de tortura mantido pelo Centro de Informações do Exército (CIE) em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro. O réu foi condenado a 12 anos, 11 meses e 25 dias de prisão. Camarão poderá recorrer em liberdade. Ele sempre negou as acusações. As investigações do caso foram realizadas pelos procuradores Vanessa Seguezzi, Antonio do Passo Cabral e Sergio Suiama. **PÁGINA 7**

SEGUNDO TRIMESTRE

BB Seguridade lucra R\$ 2,151 bilhões

A BB Seguridade registrou lucro líquido gerencial recorrente de R\$ 2,151 bilhões no segundo trimestre de 2026, queda de 3,9% em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com balanço divulgado ontem. Na comparação com o primeiro trimestre, houve contração de 3,1%. No balanço, a companhia afirma que o desempenho foi pressionado principalmente pelas contribuições negativas da BrasilPrev, diante da queda no resultado financeiro; da BB Corretora, em função de menores

receitas de corretagem, especialmente em capitalização; e da BrasilSeg, com redução no prêmio ganho e maiores despesas financeiras. "Por outro lado, parte desses efeitos foram compensados por maiores receitas sobre aplicações financeiras na holding BB Seguridade, em razão do aumento no volume de recursos financeiros", diz o balanço. O resultado financeiro combinado das empresas da BB Seguridade somou R\$ 386 milhões no segundo trimestre de 2026, queda de 16,7%. **PÁGINA 3**

PRESIDENTE DO TSE

Kássio diz que urna eletrônica é patrimônio da democracia



ROSINEI COUTINHO/STF

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques (**foto**), defendeu ontem o sistema eletrônico de votação e disse que a urna representa um "patrimônio da democracia brasileira". As declarações do ministro foram proferidas durante a abertura da sessão do TSE que marcou a volta das sessões presenciais após o recesso de julho. Nunes Marques conclamou os eleitores a participarem das atividades da Semana Nacional do Sistema Eletrônico de Votação, que contará com demonstrações sobre o uso da urna, palestras, exposições e ações de combate à desinformação contra o processo eleitoral. "O objetivo é ampliar o conhecimento da sociedade acerca das diversas etapas do processo eleitoral e reafirmar, por meio da transparência, de informação qualificada e da participação cidadã, a robustez, a audibilidade e permanente evolução tecnológica de um sistema que constitui patrimônio da democracia brasileira", afirmou. O presidente também reafirmou a transparência do sistema de votação. "As portas da Justiça Eleitoral permanecem abertas para quem deseja conhecer, acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral. Transparência não é apenas um compromisso desta instituição, é um dos pilares sobre os quais se sustenta a confiança da sociedade nas eleições brasileiras", completou. **PÁGINA 7**

JUDICIÁRIO



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Fachin quer código de ética com regras sobre ‘presentes e eventos’

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin (**foto**), vai apresentar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que também comanda, uma proposta de código de ética para o Poder Judiciário. O documento, ao qual o Estadão teve acesso, traz regras sobre o recebimento de presentes e a participação de magistrados em eventos. A ideia é traçar "diretrizes de prevenção e gestão de conflitos de interesses" e promover "integridade, imparcialidade, transparência e confiança pública". Fachin quer iniciar o debate no plenário e, em seguida, colocar o texto em votação. A discussão está marcada para começar na sessão de terça-feira. Existe em paralelo a discussão em torno de um código de ética específico para o STF. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA -1,52% / 173.885,34 / -2.679,41 / Volume: 7.338.720.000 / Negócios: 2.748.870											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Bolsas no mundo		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	
B3SA3	15,32	-4,25	-0,68	AZEV4F	D1,55	+16,54	+0,22	TOKY3	0,290	-21,62	-0,080
ABEV3	15,90	-1,24	-0,20	FSRF11F	0,08	+14,29	+0,01	TOKY3F	0,300	-21,05	-0,080
PETR4	42,00	+1,92	+0,79	FSPE11F	0,26	+13,04	+0,03	ENIU3F	0,690	-13,75	-0,110
SBSF3	26,61	5,87	-1,66	AZEV4	1,50	+11,94	+0,16	OIBRAF	0,35	-12,50	-0,05
COGN3	2,19	+1,39	+0,03	AZEV3F	3,12	+11,43	+0,32	NORD3	1,72	-12,24	-0,24
									Dow Jones	51.594,14	-2,19
									S&P 500	7.316,15	-1,52
									US Tech 100	26.616,8	-1,49
									Euronext 100	1.899,86	-0,25
									CAC 40	8.408,27	-0,60
									FTSE 100	10.908,41	+0,34
										Salário mínimo	R\$ 1.621,00
										Ufir-RJ	R\$ 4,9604
										IGP-M	-0,50% (jun.)
										IPCA	0,16% (jun.)
										CDI	14,75% (17/06)
										OURO	
										BM&F/grama/RJ	R\$ 656,03
										EURO Comercial	
										Poupança	0,6738% (30/07)
										EURO turismo	Compra: 5,8551 Venda: 6,0908
										DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1217 Venda: +0,08%
										DÓLAR comercial	Compra: 5,1074 Venda: 5,1080
										DÓLAR turismo	Compra: 5,1279 Venda: 5,3079

MERCADOS

Commodities impedem alta da Bolsa em dia de alívio em Nova York

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) não conseguiu ontem acompanhar a alta firme das Bolsas de Nova York por ter uma composição muito forte de ações de commodities, que sofreram com a queda de 2,85% do minério de ferro em Dalian e do tombo de mais de 4% do petróleo. Contudo, o índice conseguiu apagar a queda no período da tarde com a ajuda de papéis cíclicos após os juros futuros renovarem mínima a partir do miolo da curva, em reação ao cenário eleitoral e a declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que está em negociações com o Irã.

Por mais que Teerã negue as conversas, os temores com relação à inflação do setor de energia foram reduzidos porque Trump cancelou os ataques previstos no final de semana, a fim de chegar a um acordo em relação ao Estreito de Ormuz e ao fim do programa nuclear iraniano. Como resultado, o Brent para outubro fechou em baixa de 4,73% do Brent para outubro, a US\$ 83,77 o barril.

O Ibovespa fechou estável (0,00%), os 178.000,24 pontos ontem, após mínima aos 176.783,14 pontos (-0,68%) e

máxima aos 178.556,6 pontos (+0,31%), ambas pela manhã.

No campo das altas, destaque para Hapvida (+5,59%), Cury (+4,52%) e C&A (+3,6%), na esteira do fechamento dos juros futuros, enquanto CSN (-6,82%), Prio (-3,86%) e Petro-Reconcavo (-3,19%) lideraram as quedas. Entre as blue chips, Vale (-2,15%) e Petrobras ON (-0,86%) e PN (-0,85%) recuaram, mas os bancos subiram.

DÓLAR

O dólar à vista fechou a primeira sessão de agosto em leve alta de 0,33%, a R\$ 5,0870. O movimento respondeu à queda de cerca de 5% dos preços do petróleo, em meio aos anseios pela retomada das negociações entre Estados Unidos e Irã.

O avanço tímido da divisa norte-americana ante o real ainda reflete algum ajuste após a intervenção no iene na última semana, em operação que envolveu o Banco do Japão (BoJ, na sigla em inglês) e o Tesouro dos Estados Unidos. Esta foi a primeira intervenção dos EUA no iene desde 2011.

Depois de oscilar entre mínima de R\$ 5,0535 e máxima de R\$ 5,0902, o dólar à vista terminou o dia a R\$ 5,087. No ano, a moeda norte-americana cede 7,32% ante o real.

JUROS

Pela 1ª vez desde março, mercado reduz expectativa para Selic

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O mercado financeiro reduziu as expectativas para os índices de inflação e, pela primeira vez desde março, da taxa básica de juros. Segundo o Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a Selic deve fechar 2026 em 13,75%.

As projeções para a economia (PIB, Produto Interno Bruto) e o câmbio (dólar) neste ano vêm se mantendo estáveis há pelo menos cinco semanas, em 1,99% e R\$ 5,20, respectivamente.

Nos dois índices, houve alteração das expectativas projetadas para 2027. Ambas para baixo, com as projeções de crescimento econômico, ao final do ano, tendo variado de 1,6% para 1,57% nesta semana; e da cotação da moeda dos Estados Unidos cotada a R\$ 5,28, ante os R\$ 5,29 projetados na semana passada.

TAXA SELIC

Na semana passada, as expectativas do mercado eram de que a Selic terminaria o ano em 14%, projeção 0,25 ponto percentual acima da apresentada hoje pela autoridade monetária. A última vez em que as projeções do boletim indicaram queda foi em março de 2026, quando a mediana caiu de 12,13% para 12%.

A taxa atual, estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC em 17 de junho, é 14,25%. Com isso, há expectativa de, pelo menos, uma redução na atual taxa até

o final de 2026. A próxima reunião do Copom está prevista para os dias 4 e 5 de agosto.

As previsões da Selic para 2027 e 2028 se mantiveram estáveis, em 12% e 10,5%, respectivamente.

META

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa a Selic como principal instrumento.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida, o que causa reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando a Taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, diminuindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

INFLAÇÃO

Pela quinta semana consecutiva, o mercado financeiro reduziu as expectativas de inflação para 2026. De acordo com o documento divulgado pelo BC, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, a inflação oficial do país, deve fechar o ano em 5,03%.

COLOMBIA

Petrobras acha novo poço de gás na margem equatorial

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Petrobras anunciou ontem a descoberta de um poço de gás em uma área de grande potencial em águas profundas na Colômbia. A concentração de gás fica no poço exploratório Sandia-1, no bloco GUA-OFF-0, na Bacia de Guajira.

Sandia-1 fica a 42 quilômetros (km) da costa, a uma lâmina d'água (distância entre a superfície do mar e o leito marinho) de 1.251 metros. O poço fica a 70,7 km da cidade de Santa Marta.

A companhia já tinha descoberto reservatórios de grande potencial próximos à nova localização. Sandia-1 fica a 18 km do poço Sirius-1 e 9 km do poço Copazu-1.

A perfuração do poço foi iniciada em 12 de junho e alcançou a profundidade final na última quarta-feira.

CONSÓRCIO

A Petrobras atua na exploração e produção de petróleo e gás na Colômbia por meio da subsidiária Petrobras International Braspetro B.V – Sucursal Colômbia (PIB-COL).

A exploração na Bacia de Guajira é feita em consórcio com a estatal colombiana Ecopetrol. Os colombianos detêm 55,56% do consórcio, e os brasileiros, 44,44%. Apesar de minoritária, a Petrobras é a operadora da exploração no bloco.

De acordo com a companhia, a descoberta “reforça o potencial de gás no offshore [no mar] colombiano, agregando volu-



RAFA NEDDERMEYER/ABRASIL

mes que irão contribuir para a segurança energética da região”.

A Petrobras explicou que o gás encontrado está sendo avaliado detalhadamente “por meio de perfis de poço e serão caracterizados por análises laboratoriais”.

Ainda segundo a estatal brasileira, a atuação no litoral colombiano está alinhada à estratégia de longo prazo da companhia, buscando a recomposição das reservas de petróleo e gás por meio de exploração de novas fronteiras e atuação em parceria com outras empresas, “contribuindo para o atendimento à demanda global de energia durante a transição energética”.

CAMPO GIGANTE

A Bacia de Guajira pode ser entendida como parte da margem equatorial, como afirmou a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia Anjos, em 5 de dezembro de 2024.

Na ocasião, a estatal informou ter descoberto na região o maior reservatório de gás natural da história do país vizinho.

Apesar do grande volume de gás, a estatal brasileira afirmou, também na ocasião, que o destino da produção seria para o mercado de gás colombiano, devido à grande demanda do país.

MARGEM EQUATORIAL

Aqui no Brasil, a Petrobras obteve licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (Ibama), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, para exploração de petróleo na margem equatorial, em outubro do ano passado.

A região é considerada de grande potencial, sendo apelidada de “novo pré-sal”. No entanto, ambientalistas lançam preocupação sobre impactos da exploração no meio ambiente.

PETROBRAS NO MUNDO

Além de na Colômbia e no Brasil, a Petrobras atua na produção de petróleo em outros países. Na África, a estatal opera na Namíbia, São Tomé e Príncipe e África do Sul. Nas Américas, a empresa está presente na Bolívia, Argentina e Estados Unidos.

BALANÇO

Lucro da Marcopolo cai 15,5% e soma R\$ 271,2 mi no 2º trimestre

DANIELLE FONSECA/AE

A Marcopolo reportou lucro líquido de R\$ 271,2 milhões no segundo trimestre de 2026. A cifra representa queda de 15,5% ante igual intervalo de 2025. O Ebitda caiu 15% na mesma base comparativa, atingindo R\$ 338,6 milhões. Já a margem Ebitda atingiu 14,3%, queda de 3 pontos percentuais na base anual.

2026

Lucro líquido da BradSaúde sobe 24,8% e soma R\$ 1,11 bi no segundo trimestre

WILIAN MIRON/AE

A BradSaúde reportou lucro líquido consolidado de R\$ 1,11 bilhão no segundo trimestre de 2026, alta de 24,8% em comparação com o mesmo período do ano passado. Deste montante, R\$ 923 milhões são provenientes da operação de planos de saúde, enquanto R\$ 116 milhões

vêm dos convênios odontológicos (Odontoprev).

No acumulado do ano, até junho, o lucro da companhia totalizou R\$ 2,056 bilhões, alta de 32,9% em relação ao observado um ano antes.

A receita líquida do período foi de R\$ 13,871 bilhões, aumento de 10,8% na base anual de comparação. Considerando os

seis primeiros meses de 2026 a receita do grupo somou R\$ 27,262 bilhões, alta de 9,8%, em base anual de comparação.

O resultado operacional da BradSaúde totalizou R\$ 1,513 bilhão no segundo trimestre, expansão de 17% em relação ao montante de R\$ 1,293 bilhão registrado em igual intervalo de 2025.

No encerramento do trimestre, a BradSaúde registrou R\$ 29,553 bilhões em ativos financeiros (caixa e aplicações financeiras).

Em seu balanço a empresa informou que esse montante garante uma sólida posição de liquidez para suporte ao crescimento das operações e cumprimento das exigências regulatórias.

SEGUNDO TRIMESTRE

BB Seguridade tem lucro líquido de R\$ 2,151 bilhões

ANDRÉ MARINHO/AE

A BB Seguridade registrou lucro líquido gerencial recorrente de R\$ 2,151 bilhões no segundo trimestre de 2026, queda de 3,9% em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com balanço divulgado ontem. Na comparação com o primeiro trimestre, houve contração de 3,1%.

No balanço, a companhia afirma que o desempenho foi pressionado principalmente pelas contribuições negativas da BrasilPrev, diante da queda no

resultado financeiro; da BB Corretora, em função de menores receitas de corretagem, especialmente em capitalização; e da BrasilSeg, com redução no prêmio ganho e maiores despesas financeiras.

"Por outro lado, parte desses efeitos foram compensados por maiores receitas sobre aplicações financeiras na holding BB Seguridade, em razão do aumento no volume de recursos financeiros", diz o balanço.

O resultado financeiro combinado das empresas da BB Seguridade somou R\$ 386 milhões no segundo trimestre de

2026, queda de 16,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Segundo a companhia, essa variação refletiu o aumento do custo do passivo de planos de previdência de benefício da BrasilPrev, diante da alta do IGPM defasado em um mês. Houve ainda resultado negativo de marcação a mercado da carteira para negociação de todas as empresas do grupo, no valor de R\$ 12,2 milhões (ante marcação positiva de R\$ 33,6 milhões no segundo trimestre de 2025), além de retração de 3,3% no saldo médio das aplica-

ções combinadas.

Em junho, 45,7% dos investimentos das empresas da BB Seguridade estavam aplicados em títulos pós-fixados, ante 45,1% um ano antes. Outros 39,2% estavam em títulos indexados à inflação, frente a 40,7% em junho de 2025. Os títulos prefixados representavam 15% da carteira, ante 14,1% um ano antes.

A BB Seguridade também apurou resultado financeiro não decorrente de juros de R\$ 2,559 bilhões no trimestre, o que representa um queda de 1,7% no confronto anual.

ISENÇÃO

STF invalida restrição a benefício para compra de veículos por PcD

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, anular o trecho da regulamentação da reforma tributária que restringe a isenção de impostos para a compra de veículos por pessoas com deficiência. O julgamento foi realizado ontem, na sessão que retomou os trabalhos da Corte após o recesso do Judiciário.

A reforma tributária (Emenda Constitucional nº 32) zerou as alíquotas de IBS e CBS sobre a compra de automóveis por pessoas com deficiência e com transtorno do espectro autista.

A Lei Complementar (LC) 214/2025, que regulamentou a emenda, porém, passou a restringir o benefício às deficiências mentais de nível severo e ao transtorno do espectro autista de grau moderado ou grave. Esse é o ponto contestado no Supremo por entidades de defesa dos direitos das PcD.

O entendimento que prevaleceu é que a EC 32 não distingue o grau de deficiência ao estabelecer a isenção. Por isso, a lei complementar não poderia ter feito essa discriminação.

"Entendo que essa definição, a priori, de exclusão total de pessoas com deficiência leve e

de pessoas no espectro autista nível 1 é inconstitucional. Seja porque a EC 32 não fez essa diferenciação, seja porque há necessidade de se verificar, a partir dos requisitos da lei, se a pessoa faz jus ou não à isenção de 100% da alíquota", afirmou o relator, Alexandre de Moraes, que proferiu o voto vencedor.

"Em tese, acho que é possível a isenção de um tributo prever algumas limitações, mas aqui eu entendo que não havia essa liberdade para o legislador", ponderou o ministro Cristiano Zanin.

O ministro Flávio Dino ressaltou que, no caso do autismo, o nível leve já exige apoio. Ele ci-

tou pesquisas que indicam que, na ausência de apoio às pessoas com autismo de nível 1, os déficits de comunicação social ligados ao transtorno "causam prejuízos notáveis."

Moraes também avaliou que a ampliação da isenção não provocará "nenhum transtorno fiscal." O ministro citou uma pesquisa do Mapa Autismo Brasil segundo a qual, mesmo que todas 12.689 pessoas diagnosticadas com autismo nível 1 adquirissem um automóvel, o universo seria de cerca de 4 mil compradores por ano. "Não vai acabar com a indústria automobilística no País", afirmou.

RECEITA

Começa a valer emissão de notas fiscais com CBS e IBS

PEDRO PEDUZZI
E WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Começa a valer ontem a obrigatoriedade de preenchimento dos campos da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em parte dos documentos fiscais eletrônicos emitidos no país.

A medida integra a implementação da reforma tributária sobre o consumo e alcança, nesta primeira etapa, documentos como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Outros modelos terão a exi-

gência implantada de forma escalonada até janeiro de 2027, conforme cronograma divulgado pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor do IBS (CGIBS).

Segundo os órgãos responsáveis, o objetivo é permitir uma implantação gradual do novo sistema, dando mais tempo para empresas e desenvolvedores adaptarem seus sistemas fiscais.

O QUE MUDA

Inicialmente, todos os documentos fiscais eletrônicos passariam a exigir o destaque da Contribuição de Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e

Serviços (IBS), tributos criados pela reforma tributária, a partir de 3 de agosto.

Com o novo ato conjunto publicado pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor do IBS, a implementação será feita em etapas.

Cada tipo de documento terá um prazo diferente para começar a informar os novos tributos.

O QUE MUDA

O destaque do IBS e da CBS nos documentos fiscais faz parte da implementação da reforma tributária sobre o consumo.

Embora os dois tributos já tenham iniciado em 2026 uma fa-

se de transição, a obrigatoriedade de informá-los nas notas fiscais está sendo implantada de forma gradual para permitir a adaptação dos sistemas utilizados pelas empresas.

Em 2026, os tributos continuarão aparecendo apenas com caráter de teste, com alíquota-teste de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS. Os percentuais são deduzidos dos tributos atuais.

As alíquotas-teste servem para validar o funcionamento dos sistemas eletrônicos e preparar empresas e administrações tributárias para a transição ao novo modelo.

CNI

Com juros altos, 39% das indústrias preveem aumento do endividamento

MATEUS MAIA/AE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou em pesquisa divulgada ontem, que, com os juros em alta, 39% das empresas industriais consultadas projetam aumento da dívida bancária nos próximos três meses.

"Mesmo depois dos três cortes de juros que tivemos em 2026, a taxa Selic continua muito alta e isso tem consequências negativas sobre a atividade industrial. Os resultados mostram que as empresas esperam uma maior pressão financeira nos próximos meses. Nesse cenário, os empresários esperam não só aumentar a tomada de crédito,

mas fazer isso a um custo ainda mais alto", avalia Maria Virginia Colusso, analista de Políticas e Indústria da CNI.

Segundo o levantamento, mais da metade das empresas respondentes (53%) acredita que será necessário aumentar a busca por crédito para o financiamento de contas a pagar, estratégia utilizada para honrar compromissos com fornecedores, tributos e despesas operacionais, garantindo capital de giro e evitando multas.

Além disso, mais de um terço (38%) dos empresários consultados pela CNI espera tomar esses recursos a juros mais altos.

A pesquisa também pergun-

tou sobre a necessidade de financiamento em contas a receber, que surge quando uma empresa vende produtos a prazo, mas precisa de dinheiro imediato para pagar despesas do dia a dia.

Nos próximos três meses, 47% dos empresários ouvidos devem intensificar a tomada de crédito para cobrir esse buraco no fluxo de caixa. O recurso capado deve vir a um custo mais elevado para 42% dos industriais consultados.

Quanto à necessidade de financiamento para gerenciar os estoques, 42% das empresas preveem aumentar a tomada de crédito para comprar, produzir ou manter mercadorias e insu-

mos armazenados até que eles sejam vendidos ou utilizados no processo produtivo, enquanto apenas 13% esperam reduzir. Ao todo, 42% dos respondentes acreditam em elevação dos juros cobrados pelos bancos para financiar o estoque produtivo.

De acordo com o gerente de Política Econômica da CNI, Kleber de Castro, apesar da redução dos juros, a política monetária é bastante restritiva, quadro que ajuda a entender os resultados da consulta. "A percepção empresarial de custos financeiros elevados e viés de alta nos juros das operações de crédito é consistente com o ciclo de política monetária em curso.

BANCO DE BOGOTÁ

Itaú vende operação de pessoas físicas em Colômbia e Panamá

CAMILA VECH/AE

O Itaú Unibanco informou, na sexta-feira, que a sua subsidiária Banco Itaú Colômbia concluiu a transferência de sua operação de varejo para pessoas físicas para o Banco de Bogotá. A operação no Panamá, subordinada à colombiana, também fez parte do negócio. O valor líquido da operação foi de R\$ 2,5 bilhões.

A operação envolve aproximadamente R\$ 9,7 bilhões em carteira de crédito, líquida de provisões, e R\$ 7,2 bilhões em depósitos. O negócio foi assinado em dezembro e aprovado pela Superintendência Financeira da Colômbia. A migração dos clientes começou a ser feita em 1º de agosto, e o Itaú manteve canais de comunicação para atendê-los.

Segundo o Itaú, a transação não teve impacto material sobre seu índice de capital regulatório. Com a operação concluída, o Itaú Colômbia concentrará sua atuação no segmento de pessoa jurídica,

em linha com a estratégia de maximizar a rentabilidade do capital.

Em comunicado enviado à operação local, o Itaú diz que a oferta aos clientes corporativos será complementada com soluções financeiras oferecidas pelas subsidiárias Itaú Comisionista de Bolsa, Itaú Fiduciária e Itaú Panamá.

Para apoiar o movimento, foi feito um aumento de capital de até 400 bilhões de pesos colombianos, dos quais 240 bilhões de pesos colombianos foram executados recentemente "para fortalecer a solidez financeira do banco".

O Itaú tem reorganizado suas operações latino-americanas. Em 2023, o banco deixou a Argentina ao vender sua operação local, que trazia prejuízos, ao Banco Macro, por R\$ 250 milhões. Atualmente, além do Chile, o Itaú tem presença no Uruguai e no Paraguai e mantém escritórios de representação na Argentina e no Peru.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO 198/2026

O Pregoeiro André Luiz Borges de Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 198/2026 no dia 14/08/2026 às 14h00min. - Objeto: **Aquisição de Materiais Hospitalares - Geral - EPI 2 - Máscaras, Toucas e Outros (escova para degermação, gorro cirúrgico, máscara de uso médico-hospitalar e etc.)** Processo nº. 33409.008505/2025-45. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO Nº 289/2026

A Pregoeira Roberta de Farias Barreto Domingos Paula convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 289/2026 no dia 14/08/2026 às 09h. Objeto: **Aquisição de Materiais de Laboratório - Imunologia Automação. - Imunologia Automação:** (REAGENTE PARA DOSAGEM DE ANTI CITOMEGALOVÍRUS IGG; REAGENTE PARA DOSAGEM DE ANTI TOXOPLASMA GONDII IGG; REAGENTE PARA DOSAGEM DE VITAMINA D. e etc.) Processo nº 33409.008565/2025-68. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Pet Delícia Holding S.A.
CNPJ nº 25.267.563/0001-71 – NIRE 3330032066-1
Aviso de Retificação e Revogação de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Pet Delícia Holding S.A. ("Companhia"), em atenção ao Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária publicado nas edições de 24, 27 e 31/07/2026 do Diário do Acionista, por meio do qual foram convocados os senhores acionistas para reunião a ser realizada no dia 06/08/2026, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10/06/2020 ("Convocação Original"), vem, pelo presente aviso, comunicar aos seus acionistas o quanto segue: 1. Revogação. Fica integralmente revogada, para todos os fins e efeitos, a Convocação Original acima referida, tomando sem efeito a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária anteriormente marcada para o dia 06/08/2026, às 10:00 horas. 2. Motivação. A presente retificação decorre da necessidade de assegurar aos acionistas titulares de ações ordinárias prazo adequado ao esclarecimento das matérias constantes da ordem do dia, de modo a viabilizar o exercício de voto plenamente informado por todos os acionistas, em linha com os deveres de diligência e de informação da administração previstos nos artigos 153 e 157 da Lei nº 6.404/76. 3. Nova Convocação. Em substituição à Convocação Original, será **publicado** novo Edital de Convocação para realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 13/08/2026, às 10:00 horas, mantida integralmente a ordem do dia constante da Convocação Original, nos termos do edital publicado em conjunto com o presente aviso. 4. Boletins e cadastros já enviados. Eventuais boletins de voto a distância e cadastros de participação já enviados pelos acionistas em relação à Convocação Original ficam sem efeito. Os acionistas interessados em participar e/ou votar na Assembleia deverão renovar sua manifestação de voto e/ou seu cadastro de participação, nos termos, forma e prazos previstos no novo Edital de Convocação. Rio de Janeiro, 31/07/2026. **Andreas Morganstern Kugler**, Presidente do Conselho (04, 05 e 06/08/2026)

Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol – Em Recuperação Judicial
CNPJ nº 47.589.413/0001-17
Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol – Em Recuperação Judicial ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2026, às 11:00 do Horário de Brasília, de forma presencial, na sede na Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Birrenbach, nº 200, Prédio Pacific, bloco 2, sala 502, bairro Jacarepaguá, no Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-028, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Extraordinária: (I) Ratificação das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas nos anos de 2025 e 2026; (ii) Deliberação acerca da alteração do Estatuto Social, especificamente das Seções I, II e III, referentes ao Assembleia Geral, Conselho de Administração e à estrutura da Diretoria Executiva. Em Assembleia Ordinária: (i) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, nos termos previstos no Art. 26, §1º do Estatuto Social. (ii) Aprovação do montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 13 do Estatuto Social. (iii) Eleição de 1 (um) Conselheiro de Administração Independente, em cumprimento ao Art. 5º, §6º, da Lei nº 14.193/2021 (Lei da SAF). Nos termos do art. 16, §5º, os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por mandatário constituído há menos de 1 (um) ano, desde que seja acionista, representante legal do respectivo acionista ou advogado. Torna-se sem efeito o Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária publicado em 30 de julho de 2026, no Diário dos Acionistas, Revista Valor Econômico e no site da Companhia, para a Assembleia que se realizaria no dia 6 de agosto de 2026, tendo em vista a presente nova convocação, que engloba a totalidade das matérias anteriormente convocadas, acrescidas de nova ordem do dia, na forma acima descrita. Por fim, informa-se que a documentação pertinente às matérias constantes na ordem do dia encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, desde a publicação deste edital, nos termos do art. 135, §3º, da Lei nº 6.404/1976. Rio de Janeiro, 30 de julho de 2026. Ricardo Almeida de Abreu (Diretor). (31/07, 01 e 04/08/2026)

CRIME DESCLASSIFICADO

Justiça do Rio revoga prisão preventiva do rapper Oruam

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Justiça do Rio de Janeiro revogou a prisão preventiva do rapper Mauro Davi dos Santos Nepomuceno (**foto**), conhecido como Oruam. A decisão é da juíza Tula Corrêa de Mello, da 3ª Vara Criminal da Capital, que desclassificou a acusação de tentativa de homicídio para lesão corporal leve.

O processo é referente ao episódio ocorrido em 22 de julho de 2025, quando o artista e outras pessoas foram denunciados por arremessar pedras contra policiais civis em frente à residência dele, no bairro do Joá, zona oeste do Rio de Janeiro. Na ocasião, os agentes cumpriam manda-



ORUAM INSTAGRAM

dos de busca e apreensão contra um adolescente apontado pela polícia como escondido no imóvel.

Com a mudança na tipificação do crime, a magistrada determinou que o processo seja encaminhado a uma das varas

criminais comuns da capital, já que a 3ª Vara Criminal tem competência para julgar crimes dolosos contra a vida.

Na decisão, a juíza entendeu que não há fundamento legal para a manutenção da prisão preventiva de Oruam, uma vez

que os crimes remanescentes não admitem a medida cautelar.

Apesar da revogação da prisão, o rapper terá de cumprir medidas cautelares, entre elas comparecimento mensal em juízo, recolhimento domiciliar no período noturno, das 20h às 6h, e proibição de frequentar o Complexo do Alemão.

Os demais denunciados — Willyam Matheus Vianna Rodrigues Vieira, Pablo Ricardo de Paula Silva de Moraes e Victor Hugo Vieira dos Santos — continuarão submetidos às medidas cautelares já impostas. Segundo a magistrada, não houve descumprimento das determinações judiciais nem fatos novos que justificassem a alteração dessas medidas.

ESPECIAL

Mulheres ampliam presença no mercado de seguros, mas participação em cargos de liderança ainda é limitada, diz levantamento

PEXELS



POR REDAÇÃO

A presença feminina no mercado de seguros brasileiro cresce em número de profissionais, mas ainda enfrenta diferenças na ocupação de cargos de comando e na contratação de produtos do setor. Dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), no fim de julho, mostram que as mulheres representam 54,4% da força de trabalho das empresas participantes da primeira pesquisa FeMa Meter. Apesar disso,

elas ocupam apenas 28,5% dos cargos de gestão executiva e 18,5% das posições em conselhos de administração, indicando que a representatividade diminui conforme aumenta o nível de decisão.

O levantamento foi elaborado pela Susep com informações de 142 empresas supervisionadas pela autarquia, sendo 129 seguradoras e 13 entidades abertas de previdência complementar, considerando dados consolidados até 31 de dezembro de 2024. O estudo integra o Plano de Regulação da Susep e tem como objetivo produzir informações que contribuam para a formulação de políticas públicas voltadas à inclusão no mercado de seguros e previdência privada.

Os dados também apontam que a participação feminina como titular de contratos de seguros e de planos de previdência privada aberta permanece inferior à masculina em diferentes segmentos analisados. A pesquisa utilizou a metodologia internacional FeMa Meter, desenvolvida pela Access to Insurance Initiative (A2ii), e passou por processos de validação conduzidos pela própria Susep antes da consolidação dos resultados.

Segundo o superintendente da Susep, **Alessandro Octaviani**, o estudo foi desenvolvido para ampliar a produção de evidências sobre a participação das mulheres no setor e oferecer subsídios para a construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do mercado se-

gurador e da inclusão financeira. A autarquia também destaca que a publicação inaugura uma base de dados que permitirá acompanhar a evolução desses indicadores nos próximos anos.

Mercado de seguros busca ampliar diversidade e inclusão

A participação feminina no setor acompanha um movimento observado em outros segmentos da economia. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as mulheres representam parcela crescente da população ocupada no país, embora continuem registrando menor presença em posições de direção e remuneração média inferior à dos homens em diferentes atividades econômicas. Esse cenário tem levado empresas de diversos setores a adotar programas voltados ao desenvolvimento de lideranças femininas e à ampliação da diversidade em cargos estratégicos.

No mercado segurador, a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) também tem defendido iniciativas voltadas ao fortalecimento da diversidade como parte do desenvolvimento do setor. Para o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, ampliar a participação de mulheres em posições de liderança contribui para a inovação, para o aperfeiçoamento da governança corporativa e para a ampliação da cultura de proteção financeira entre a população.

Além do ambiente corporativo, especialistas observam que a presença feminina entre consumidoras de seguros representa uma oportunidade para ampliar a inclusão securitária. A própria Susep destaca que conhecer o perfil das mulheres como profissionais e como contratantes de seguros permite identificar lacunas e orientar ações regulatórias e estratégias de mercado voltadas ao aumento do acesso à proteção financeira.

Com a divulgação do FeMa Meter, a Susep passa a estabelecer um indicador de referência para acompanhar a evolução da participação feminina no setor. A expectativa da autarquia é que o monitoramento periódico permita medir avanços na ocupação de cargos de liderança, na contratação de produtos de seguros e previdência privada e na formulação de políticas públicas voltadas à igualdade de oportunidades no mercado segurador brasileiro.

SISTEMA ELETRÔNICO

TRE abre urna para público e defende segurança do voto

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) organizou ontem uma apresentação da urna eletrônica para a imprensa e entidades fiscalizadoras do processo eleitoral. O equipamento foi desmontado diante do público, para explicar em detalhes o funcionamento dos circuitos eletrônicos e dos mecanismos de segurança.

A iniciativa faz parte da programação da Semana Nacional do Sistema Eletrônico de Votação e tem como objetivo principal fortalecer a confiança da sociedade nas eleições brasileiras e no sistema de votação.

Desde as últimas eleições, ataques contra o sistema eletrônico tornaram-se frequentes, com destaque para campanhas de desinformação nas redes sociais.

O presidente do TRE-RJ, Claudio de Mello Tavares, disse que a legitimidade das urnas eletrônicas é inquestionável.

“Isso não é conveniência tecnológica, isso é a soberania popular. A urna eletrônica é segura. Não existe, nesse país, um sistema mais aberto, mais inspecionado e mais testado do que ela. O código-fonte é examinado por partidos, pela Ordem dos Advogados [do Brasil], pelo Ministério Público, pelas universidades, pelas Forças Armadas”, disse Tavares.

FUNCIONAMENTO

A apresentação dos componentes internos do equipamento foi feita pelo secretário de Tecnologia da Informação (STI) do TRE, Michel Kovacs. Ele destacou que existem barreiras físicas e digitais que impedem fraudes.

O secretário reforçou que há lacres feitos pela Casa da Moeda que deixam rastros se forem violados. Assinaturas digitais, biometria e auditorias constantes criam camadas de segurança adicionais.

No dia da votação, os dados da seção e dos votos são grava-

dos tanto na memória interna da urna quanto nas mídias externas (memórias do resultado e de carga).

Caso haja falha técnica em uma urna, utiliza-se uma mídia preparada especificamente para a contingência. Ela transfere os dados com segurança para uma urna de reserva e permite que a votação continue exatamente do ponto onde parou, sem perda de votos nem comprometimento da integridade da seção.

Kovacs disse que, por ser um sistema isolado, sem conexão com a internet, e com atualização simultânea em todo o país, um criminoso não teria tempo nem meios de ultrapassar todas as barreiras impostas sem ser detectado.

Sobre a fabricação dos aparelhos (hardware) e dos programas de votação (software), foi apresentado que a Justiça Eleitoral é responsável por desenhar toda a especificação técnica e de segurança. A empresa privada contratada apenas produz o equipamento seguindo estritamente o projeto exigido.

Durante a produção, nem mesmo o fabricante tem controle total do equipamento. São utilizados componentes de segurança que exigem procedimentos rigorosos para ativação das urnas após a saída da fábrica.

SEGURANÇA DO VOTO

O secretário do TRE foi questionado sobre a possibilidade de retorno do voto em papel. Disse que a máquina eletrônica foi introduzida no Brasil em 1996 para erradicar as fraudes sistemáticas da época do voto impresso e citou casos de adulterações na apuração, como sumiço de votos e rasuras em cédulas.

Também afirmou que a apuração em papel é extremamente custosa, demorada e suscetível a erros humanos ou adulterações intencionais nas planilhas.

“Tirar a máquina eletrônica seria um retrocesso para o país”, disse Kovac.

TOLERÂNCIA ZERO

Prefeitura e forças de segurança do estado expandem programa

A Prefeitura do Rio de Janeiro e as forças de segurança do Estado anunciaram, ontem, a expansão do Programa Tolerância Zero nos bairros de Copacabana, Leme, Ipanema e Leblon. A atuação visa a proporcionar mais segurança à população no deslocamento às praias, na permanência na orla e na volta para casa, com acompanhamento das saídas dos pontos de ônibus que concentram a maior quantidade de passageiros.

“As duas primeiras semanas do Tolerância Zero foram muito bem sucedidas, com o uso de inteligência, vigilância, informação, ocupação prévia do território e controle de acesso a áreas que tinham atividades de grupos criminosos, com o uso de uma rede de depósitos ilegais. O Tolerância Zero é um trabalho feito de forma permanente, que não se limita ao perímetro da orla, e que vai continuar avançando para outras áreas da cidade”, disse o prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere.

A partir de amanhã, serão quase 600 agentes municipais, integrados a 140 agentes das Forças de Segurança do Governo do Estado através do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS). Também participam da operação policiais dos 19º e 23º Batalhões de Polícia Militar. Serão 151 PMs

em dias úteis, 289 aos sábados e 263 aos domingos. Todos os agentes envolvidos atuarão, diariamente, nas fiscalizações de ordenamento urbano, combatendo a exploração ilegal do espaço público pelo crime organizado, no patrulhamento preventivo e no controle do trânsito. A atuação dos agentes também será expandida para as Avenidas Nossa Senhora de Copacabana e Rainha Elisabeth, em Copacabana, para a Rua Prudente de Moraes, em Ipanema, e para a Avenida General San Martin, no Leblon.

“A orla carioca é um patrimônio do Rio de Janeiro e um dos principais cartões-postais do Brasil, além de um dos maiores ativos para o turismo e a economia do estado. O fortalecimento da segurança nesse espaço é uma medida estratégica para preservar a ordem pública, proteger quem trabalha de forma regular, combater a criminalidade e garantir um ambiente cada vez mais seguro para moradores e visitantes”, disse o secretário estadual de Segurança Pública, Victor Santos. Em julho, a Prefeitura, de forma integrada às secretarias estaduais de Segurança, da PM e da Polícia Civil, além do Gabinete de Segurança Institucional, deu início à nova política permanente de ordenamento urbano na orla.

PRIORIDADES

Congresso adia volta com agenda reduzida e impasse sobre pautas

FABRÍCIA BRAGA/AE

O Congresso Nacional iniciará o segundo semestre legislativo com uma agenda significativamente mais enxuta do que a prevista inicialmente. Embora o recesso parlamentar tenha terminado oficialmente no último sábado, Câmara dos Deputados e Senado decidiram adiar a retomada das votações para o próximo dia 10 de agosto, reduzindo a apenas cinco dias o período disponível para deliberações antes do início oficial da campanha eleitoral, marcado para 16 de agosto.

A decisão altera o planejamento do governo federal, que esperava utilizar as primeiras semanas de agosto para impulsionar propostas consideradas estratégicas. Entre elas estão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extingue a escala de trabalho 6x1, a PEC da Segurança Pública e o projeto que institui a Política Nacional dos Minerais Críticos, iniciativas que agora enfrentam um calendário ainda mais apertado.

CONVENÇÕES

O adiamento das sessões coincide com a fase final das convenções partidárias, responsáveis por oficializar candidaturas e alianças para as eleições de outubro. Como os encontros se estendem até quarta-feira, 5, grande parte dos parlamentares permanece nos Estados, participando das articulações políticas.

Com isso, o Congresso deverá funcionar em regime de esforço concentrado. A primeira rodada de votações ocorrerá entre 10 e 14 de agosto. Depois, com o início da campanha eleitoral, uma nova janela para deliberações está prevista apenas entre 31 de agosto e 3 de setembro. Fora desses períodos, a expectativa é de redução significativa da presença de parlamentares

MINAS GERAIS

Senador Cleitinho anuncia que não será candidato ao governo

GABRIEL MÁXIMO/AE

O senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) **(foto)** anunciou ontem, que não será candidato ao governo de Minas Gerais. A decisão foi comunicada pelo parlamentar em um vídeo divulgado nas redes sociais, após uma reunião em Brasília com o presidente nacional do Republicanos, deputado federal Marcos Pereira (SP), e o presidente estadual da legenda, deputado Euclydes Pettersen.

"Eu peço perdão, mas no momento hoje eu não estou bem. Eu preciso me recuperar, cuidar de mim, Porque não adianta eu querer cuidar de vocês se eu não estou cuidando de mim", afirmou Cleitinho, visivelmente emocionado. Recentemente, o senador perdeu o irmão mais novo, Matheus Azevedo, vítima de complicações de uma leucemia. O acontecimento, inclusive, foi apontado pelo próprio parlamentar como uma das razões para adiar sua definição sobre concorrer ao Palácio Tiradentes.

Com a decisão, Cleitinho encerrou um impasse que durava meses e teve suas principais movimentações na última semana.

Na quarta-feira passada, o Republicanos divulgou uma nota informando que o senador não seria mais candidato ao governo mineiro. À noite, Cleitinho convocou uma entrevista coletiva e, contrarian-

em Brasília até o pleito.

ESPAÇO

O novo cronograma representa um revés para o Palácio do Planalto, que contava com mais de duas semanas de trabalho legislativo antes da intensificação da disputa eleitoral. Além da limitação de tempo, o Executivo deverá dividir espaço com matérias de interesse do Congresso, especialmente no Senado, onde há expectativa de avanço de propostas defendidas pela bancada do agronegócio.

Entre os temas que devem ganhar prioridade estão a PEC sobre o marco temporal para a demarcação de terras indígenas, alterações na legislação do seguro rural e a criação do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), compromissos assumidos pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), junto aos parlamentares da Casa.

PECS

Enquanto isso, projetos considerados prioritários pelo governo seguem à espera de encaminhamento. A PEC que propõe o fim da escala 6x1, aprovada pela Câmara há cerca de dois meses, ainda depende de despacho de Alcolumbre para começar a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Situação semelhante enfrenta a PEC da Segurança Pública, que também aguarda despacho da Presidência do Senado para iniciar sua tramitação, tornando improvável qualquer avanço relevante antes do início da campanha.

Outra matéria que integra a agenda do Executivo é o projeto que cria a Política Nacional dos Minerais Críticos. A proposta foi aprovada pela Câmara em maio e ganhou maior relevância diante do interesse internacional nas reservas brasileiras de terras raras



WALDEMIR BARRETO/ASENADO

do a própria legenda, insistiu que seu nome seguia no páreo e que conversaria com Marcos Pereira para tentar convencê-lo a oficializar seu nome, o que ocorreu na quinta-feira passada, mas sem definição.

Um novo encontro foi marcado no sábado passado, e remarcado para ontem. No domingo, Cleitinho chegou a receber os deputados federais mineiros Zé Vitor, presidente do PL em Minas Gerais, e Domingos Sávio, candidato do PL ao Senado. Durante a reunião, os dois reiteraram o apoio do PL ao nome do senador à disputa.

Sem Cleitinho, a direita discute uma aliança em torno de Marcelo Aro (PP), ex-secretário de Governo de Romeu Zema (Novo), que rompeu com o atual governador, Mateus Simões (PSD), e tenta se lançar ao Executivo. Para isso, Aro, que pertence à federação formada entre PP e União Brasil, busca firmar uma aliança com o Republicanos e o PL.

JUDICIÁRIO

Fachin propõe código de ética com regras sobre ‘presentes’

CAROLINA BRÍGIDO/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin **(foto)**, vai apresentar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que também comanda, uma proposta de código de ética para o Poder Judiciário. O documento, ao qual o Estadão teve acesso, traz regras sobre o recebimento de presentes e a participação de magistrados em eventos.

A ideia é traçar "diretrizes de prevenção e gestão de conflitos de interesses" e promover "integridade, imparcialidade, transparência e confiança pública". Fachin quer iniciar o debate no plenário e, em seguida, colocar o texto em votação. A discussão está marcada para começar na sessão de terça-feira.

Existe em paralelo a discussão em torno de um código de ética específico para o STF, mas o texto ainda não está pronto. A

expectativa é que a ministra Carmen Lúcia, relatora da proposta, a coloque em votação na Corte no fim deste ano.

Fachin recomenda que os tribunais adotem no prazo de até seis meses mecanismos para mapear situações de conflito de interesse por meio de uma plataforma com um canal confidencial para aconselhamento ético dos magistrados.

No item "Das situações de atenção especial", há recomendação para os tribunais adotarem "especial atenção preventiva" a participação em eventos, congressos, seminários e atividades acadêmicas "custeadas ou patrocinadas por terceiros e que não sejam predominantemente custeadas por verbas públicas". Também foi destacado o "recebimento de presentes, hospitalidades, cortesias, benefícios ou vantagens". E, ainda, "relações econômicas, societárias ou profissionais relevantes".

A lista também menciona



ROSINEI COUTINHO/STF

"vínculos familiares ou profissionais suscetíveis de produzir conflito de interesses", além de participação em associações ou organizações com interesses relacionados às atribuições do magistrado e "utilização de informações não públicas obtidas em razão do cargo".

Sobre eventos custeados por

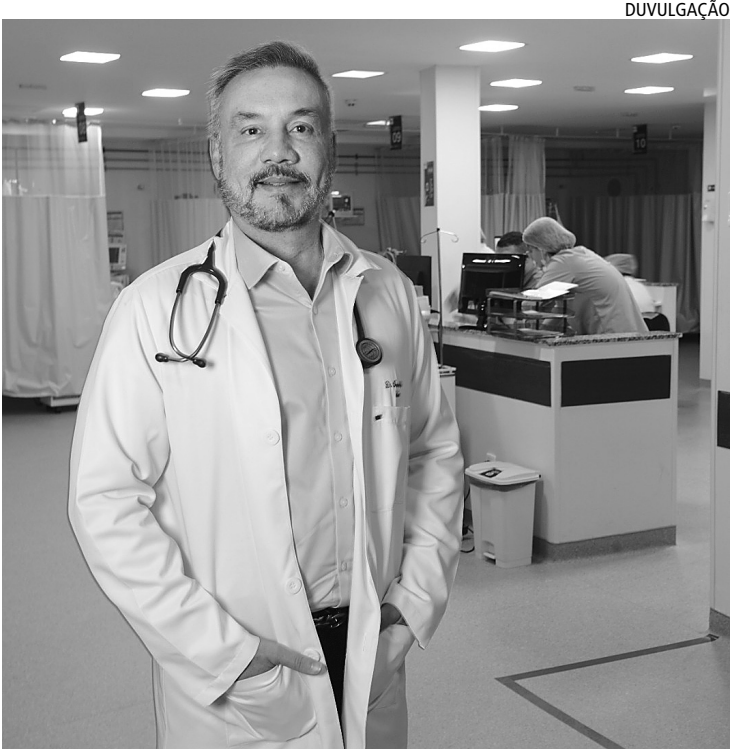
terceiros, o texto diz que os magistrados servidores devem observar critérios de transparência e prevenção de conflitos de interesses. Há recomendação para os tribunais criarem "procedimentos simplificados de comunicação e transparência" sobre o custeio por terceiros. Também há orientação para os tribunais examinarem caso a caso critérios para aceitação, recusa, devolução ou destinação institucional de presentes.

O texto também traz uma regra para o exercício de atividades acadêmicas ou científicas de forma "compatível com a dignidade e prioridade da função, a independência judicial e a prevenção de conflitos de interesses".

Ainda segundo o documento, os tribunais devem estar atentos aos "vínculos familiares ou profissionais suscetíveis de produzir conflito de interesses" e a relações com prestadores de serviço que possam ter interesse em processos em tramitação.

HEPATITE VIRAL

Médicos ligam alerta para o aumento de casos de hepatites virais



DUVULGAÇÃO

A população brasileira está vivendo uma verdadeira crise com o número altíssimo de pessoas com doenças hepáticas virais. Um em cada cinco pacientes com 80 anos ou mais internados por hepatite viral no Sistema Único de Saúde morreu durante a hospitalização. A mortalidade chega a 20,9% nesse grupo etário. Segundo a base em dados do DataSUS, que mapeou 42.314 internações por hepatites virais entre 2016 e 2025. A mortalidade hospitalar sobe de forma constante com a idade: de 6,5% entre adultos de 18 a 59 anos, passa para 14,2% na faixa de 60 a 69 anos, chega a 16,1% entre 70 e 79 anos e atinge 20,9% a partir dos 80 anos. É uma boa oportunidade para se buscar uma conscientização para o problema que está alcançando níveis muito elevados, com crescimento acelerado entre os brasileiros.

Os últimos números do governo federal apontam um crescimento de 56% nos últimos cinco anos em casos de Hepatite A. Criada em 2010, pela OMS (Organização Mundial da Saúde), a data tem por objetivo conscientizar sobre os tipos de hepatites virais e a importância de haver ações de controle da doença que causa a morte de 1,4 milhão de pessoas no mundo, seja em decorrência de infecções agudas, cirrose ou de câncer hepático. Para lembrar, as hepatites virais são causadas por infecções, muitas vezes, assintomáticas.

De acordo com o Ministério da Saúde, no Brasil, as hepatites virais mais comuns são causadas pelos vírus A, B e C. Existem ainda, com menor frequência, o vírus da Hepatite D (mais comum na região Norte do país) e o vírus da Hepatite E, encontrado com maior facilidade em países da África e da Ásia. Aqui no Rio, este crescimento pode ser sentido nos hospitais da Assim Saúde, criando um alerta para o problema.

O médico, Dr. Marcelo Dibo, diretor do Hospital Fuad Chidid **(foto)**, o maior do Grupo Assim Saúde, está preocupado com a expansão da doença, que pode ser sentido no dia a dia da rede hospitalar do grupo, que é a maior do Rio de Janeiro: “A procura por atendimento especializado em hepatologia vem aumentando de forma significativa. Isso ocorre tanto pelo maior acesso a exames de imagem e laboratoriais, que identificam alterações hepáticas precocemente, quanto pelo crescimento de doenças metabólicas, como obesidade e diabetes, que favorecem o desenvolvimento da doença hepática esteatótica associada à disfunção metabólica (MASLD). Além disso, ainda recebemos muitos pacientes com hepatites virais, doenças autoimunes do fígado, cirrose e câncer hepático.”

No Rio, a maior incidência é de Hepatite C com 38,9% dos casos, seguido da Hepatite B (36,8% dos casos) e Hepatite A (23,4% dos casos). As hepatites virais podem se manifestar de diferentes maneiras e a evolução das infec-

ções ocasionadas pelos vírus das hepatites B ou C podem resultar em estados crônicos. Isto é, seja por negligência ou dificuldade em receber diagnóstico, muitas pessoas levam anos para descobrir a infecção. No entanto, quando ocorrem, os sintomas podem incluir cansaço, febre, mal-estar, dor abdominal, pele e olhos amarelados, urina escura e fezes claras.

Para o Dr. Marcelo Dibo, “As doenças hepáticas representam um importante problema de saúde pública. Muitas delas evoluem de forma silenciosa durante anos, sem sintomas, e quando o paciente procura atendimento já pode apresentar cirrose ou até câncer de fígado. Investir em prevenção, vacinação contra hepatite B, rastreamento das hepatites virais, combate à obesidade, ao consumo abusivo de álcool e ampliação do acesso ao diagnóstico precoce reduz complicações, transplantes e mortalidade.”

Ele confirma o crescimento desse tipo de atendimento nos hospitais da rede Assim Saúde com este problema: “Observamos uma mudança importante no perfil dos pacientes. Se antes predominavam as hepatites virais, hoje cresce rapidamente o número de pessoas com doença hepática relacionada à obesidade, diabetes e síndrome metabólica. Esse cenário acompanha o aumento da obesidade na população. Paralelamente, ainda encontramos casos graves decorrentes do consumo excessivo de álcool e pacientes que descobrem hepatites virais tardiamente, apesar de existirem tratamento e, em alguns casos, prevenção por vacinação.”

O melhor tratamento continua sendo a prevenção. Por isso, ficar alerta para alguns cuidados é muito importante:

- A)** Evitar o compartilhamento de objetos pessoais que possam estar contaminados com sangue, em serviços de manicure e pedicure e de tatuagem. Seringas, agulhas, alicates de unha, lâminas ou escovas de dente;
- B)** Nunca deixe de utilizar preservativos durante as relações sexuais;
- C)** Manter boa higiene das mãos e consumir água potável e alimentos preparados com segurança, reduzindo o risco de hepatites transmitidas por via fecal-oral.
- D)** Manter a vacinação contra hepatite B em dia;
- E)** Evitar o consumo excessivo de bebidas alcoólicas;
- F)** Manter alimentação equilibrada, controlar o peso, praticar atividade física regularmente e tratar diabetes, colesterol elevado e hipertensão;
- G)** Evitar automedicação e o uso indiscriminado de medicamentos, suplementos e produtos naturais, que também podem causar lesão hepática;
- H)** Realizar exames periódicos, especialmente pessoas com fatores de risco, permitindo diagnóstico precoce e tratamento antes do surgimento de complicações.

TSE

Kássio diz que urna eletrônica é patrimônio da democracia

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, defendeu ontem o sistema eletrônico de votação e disse que a urna representa um "patrimônio da democracia brasileira". As declarações do ministro foram proferidas durante a abertura da sessão do TSE que marcou a volta das sessões presenciais após o recesso de julho.

Nunes Marques conclamou os eleitores a participarem das atividades da Semana Nacional do Sistema Eletrônico de Votação, que contará com demonstrações sobre o uso da urna, palestras, exposições e ações de combate à desinformação contra o processo eleitoral.

"O objetivo é ampliar o conhecimento da sociedade acerca das diversas etapas do processo eleitoral e reafirmar, por meio da transparência, de informação qualificada e da participação cidadã, a robustez, a auditabilidade e permanente evolução tecnológica de um sistema que constitui patrimônio da democracia brasileira", afirmou.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

O presidente também reafirmou a transparência do sistema de votação.

"As portas da Justiça Eleitoral permanecem abertas para quem deseja conhecer, acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral. Transparência não é apenas um compromisso desta instituição, é um dos pilares sobre os quais se sustenta a confiança da sociedade nas eleições brasileiras", completou.

ELEIÇÕES

O primeiro turno será realizado no dia 4 de outubro, quando serão eleitos deputados federais, estaduais, distritais, governadores, senadores e o presidente da República.

O segundo turno está marcado para o dia 25 e pode ocorrer na disputa para os cargos de governador e presidente. Os eleitores voltarão às urnas se nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno.

CASA DA MORTE

Justiça condena militar por estupro de guerrilheira durante ditadura

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Justiça Federal condenou o sargento reformado do Exército Antônio Waneir Pinheiro de Lima, o "Camarão", pelos crimes de cárcere privado qualificado e estupro cometidos contra a historiadora e militante política Inês Etienne Romeu, em 1971, na Casa da Morte, centro clandestino de tortura mantido pelo Centro de Informações do Exército (CIE) em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro.

O réu foi condenado a 12 anos, 11 meses e 25 dias de prisão. Camarão poderá recorrer em liberdade. Ele sempre negou as acusações.

As investigações do caso foram realizadas pelos procuradores Vanessa Sguezzzi, Antonio

do Passo Cabral e Sergio Suiama.

Desde o início da ação, os procuradores foram favoráveis à perda do cargo público do acusado, com o "cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de reforma remunerada de que disponha".

O grupo de Justiça de Transição do MPF sustentou que o estupro e o cárcere privado, praticados em um contexto de ataque estatal sistemático, constituem crimes contra a humanidade.

Com base no direito internacional e em sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o MPF defendeu que esses crimes não prescrevem e não são protegidos pela Lei de Anistia de 1979.

RELATO HISTÓRICO

Inês Etienne morreu em abril de 2015, aos 72 anos, por insuficiência respiratória, em sua casa, em Niterói, na região metropolitana do Rio.

A ex-guerrilheira fez um relato histórico ao Conselho Federal da OAB, em 1979, revelando detalhes das torturas físicas e psicológicas a que foi submetida por agentes do Centro de Informações do Exército (CIE) na chamada Casa da Morte de Petrópolis, um centro clandestino de tortura e desaparecimento durante a ditadura militar.

SENTENÇA

Na sentença proferida em 31 de julho, a juíza federal Maria Isadora Frizao julgou procedente o pedido de condenação do Ministério Público Federal pelos crimes de estupro e cárcere privado.

A pena fixada ao réu foi de 12 anos, 11 meses e 25 dias de reclusão, em regime inicial fechado, além da perda do cargo público militar.

A sentença também reconheceu o crime de estupro, cometido durante a ditadura, como um crime contra a humanidade, portanto, imprescritível e não passível de aplicação da Lei de Anistia.

A juíza também condenou o acusado ao pagamento das custas processuais e que fosse enviado ofício ao Ministério da Defesa a fim de que dê ciência sobre à pena de perda do cargo público aplicada ao militar.

POLÍCIA FEDERAL

Brasil passa a ter controle maior sobre produtos químicos

A Polícia Federal publicou nova instrução normativa que regulamenta o controle e a fiscalização de produtos químicos que podem ser usados na fabricação ilícita de drogas e outras substâncias entorpecentes.

A medida foi publicada nesta segunda-feira no Diário Oficial da União e atualiza os procedimentos de monitoramento previstos na legislação federal.

O texto estabelece regras para o cadastro, licenciamento, fiscalização e responsabilização de pessoas físicas e jurídicas que produzam, comercializem, transportem, armazenem ou usem produtos químicos sujeitos ao controle da Polícia Federal, conforme lista definida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Pelas novas regras, empresas e profissionais que exerçam atividades com produtos químicos controlados deverão fazer cadastro e solicitar licença de funcionamento por meio do Sistema de Controle de Produtos Químicos. O sistema também será servirá para emissão de certificados, autorizações especiais e permissões para importação, exportação e reexportação de substâncias.

Outro ponto da norma é a obrigatoriedade de envio dos Mapas Mensais de Controle, com informações sobre todas as movimentações de produtos químicos ocorridas no mês anterior. O envio deverá ocorrer até o dia 15 de cada mês, inclusive nos períodos em que não houver movimentação das substâncias controladas.

FISCALIZAÇÃO

De acordo com o documento, equipes poderão inspecionar estabelecimentos e locais onde ocorram atividades envolvendo produtos químicos controlados e apreender produtos químicos encontrados em situação irregular.

O texto organiza as infrações em diferentes níveis de gravidade e define as respectivas sanções:

- Condutas menos graves: advertência (reincidência, com multa entre R\$ 2.128,20 e R\$ 20 mil);
- Irregularidades mais severas: multas de R\$ 20 mil a R\$ 350 mil;

A regulamentação também prevê suspensão da licença de funcionamento por até 180 dias para infratores reincidentes e cancelamento da autorização em situações mais graves, como a participação no desvio de produtos químicos para fins ilícitos.

Entre as infrações estão a falta de cadastro ou licenciamento, a omissão de informações obrigatórias, a realização de atividades sem autorização da Polícia Federal, a importação ou exportação sem permissão prévia e a adulteração de documentos e rótulos para burlar a fiscalização.

OBJETIVO

Segundo a Polícia Federal, as medidas buscam fortalecer o controle sobre substâncias químicas que podem ser utilizadas na produção ilegal de drogas, ampliando os mecanismos de rastreamento das operações e a capacidade de fiscalização dos órgãos responsáveis.

A nova instrução normativa revoga normas anteriores publicadas em 2020 e 2021.

SÃO PAULO

Ferroviários em greve paralisam linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade

CAIO POSSATI/AE

Funcionários das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, atualmente operadas pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), decidiram entrar em greve à 0h desta terça-feira, por tempo indeterminado. A decisão foi tomada após assembleia realizada na noite de ontem. O encontro foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Central do Brasil, na sede do grupo, no Brás, centro da capital.

Mais cedo, representantes da categoria foram chamados para uma reunião com membros do Governo de São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes. As conversas não foram suficientes para demover os trabalhadores de paralisar as atividades.

Os funcionários reivindicam a reestatização das três linhas, que foram concedidas à iniciativa privada, além da garantia de que os trabalhadores não serão demitidos após os ramais passarem a ser de responsabilidade da concessionária TriviaTrens.

A categoria também tem defendido o Projeto de Lei 730/2025, do deputado federal Guilherme Cortez (PSOL) que autoriza, justamente, a absorção dos trabalhadores da CPTM das Linhas 11 - Coral, 12 - Safira e 13 - Jade por órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta do Estado, após o serviço passar a ser feito empresa privada.

"A nossa principal reivindicação é a garantia da manutenção dos empregos das linhas 11, 12 e 13", afirmou à reportagem Luiz Barbosa Neto Junior, o Júnior, uma das lideranças sindicais e que esteve também no Palácio dos Bandeirantes nesta segunda.

Desde o último dia 24, no entanto, as três linhas voltaram a ser operadas pela CPTM por determinação do governo de São Paulo e da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). A companhia ficará à frente do serviço por 90 dias.

A decisão foi tomada após falhas nas operações na mesma semana em que a TriviaTrens assumiu o serviço. Em uma das ocorrências, no dia 23 de julho, um foco de incêndio foi registrado em uma composição nas proximidades da Estação Bresser-Mooça, gerando transtornos entre os passageiros e no transporte público da capital.

"O governo não nos deu uma garantia de que seremos reabsorvidos após esses 90 dias", acrescentou o sindicalista. "Eles afirmam que podem dar um apoio ao PL que já está tramitando (PL 730/2025), mas não conseguiram garantir que continuaremos trabalhando".

Segundo Junior, 2.300 funcionários da CPTM correm o risco de perderem seus empregos caso os trabalhadores da companhia não sejam reabsorvidos quando as atividades voltarem a ser controladas pela TriviaTrens.

NÃO DESISTE NUNCA

Tereza Cristina diz que negociação para vice de Flávio 'ainda tem espaço'

GUILHERME MATOS/AE

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) (**foto**) voltou a defender o próprio nome para a vice-presidência ao lado do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ontem. Na última sexta-feira, porém, o partido da parlamentar vetou a possibilidade de liberá-la para integrar a chapa e declarou que ficaria neutro na corrida à Presidência.

"Tem, até a hora final, tem espaço", disse a senadora ao ser questionada sobre possibilidade de mudança na decisão partidária "Tem ainda dois dias, mas eu acho que a chance hoje diminuiu bastante", afirmou em declaração dada durante conversa com jornalistas na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), segundo a CNN.

Tereza Cristina aceitou, na semana passada, proposta de Flávio Bolsonaro para integrar a chapa como vice. O candidato chegou a anunciar o aceite, mas o partido desautorizou a composição horas depois.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

"O Progressistas, após consulta aos seus diretórios estaduais, decidiu, por maioria, permanecer neutro no processo eleitoral. Diante disso, reiteramos a posição de não convocar Convenção Nacional. A decisão

já foi comunicada e acatada pela nossa líder no Senado Federal, senadora Tereza Cristina", afirmou a direção nacional do PP.

Flávio, por sua vez, afirmou que respeitaria a decisão da legenda, mas que insistiria. "Óbvio que eu respeito, mas eu sou brasileiro e não desisto nunca", disse o senador.

O nome de Tereza Cristina foi e voltou ao radar no último mês. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou em entrevista, no dia 21 de julho, que ela não aceitou o convite por preferir apostar na reeleição ao Senado. A possibilidade esfriou, mas a parlamentar mudou de ideia na semana passada e afirmou para aliados de que gostaria de ir à corrida presidencial. A história terminou com a negativa do partido.

Uma eventual composição com Tereza Cristina, no entanto, não depende apenas de uma mudança de posição do PP. Progressistas e União Brasil integram uma federação partidária, o que exige que as duas siglas adotem formalmente a mesma orientação na disputa presidencial. Flávio teria, assim, de superar também as resistências do União Brasil. O partido já deu indicativos de que optará pela neutralidade.

